

## **Relatório Seção Temática 05**

### **Segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva**

Coordenação: Antonio Carlos Nardi

Governo: Patrícia Jaime

Sociedade Civil: Valter Carvalho

Pesquisador Especialista: Malaquias batista Filho

Relatoria: Ana Lúcia Andrade da Silva

A seção temática teve início as 14:15h, pelo coordenador Antonio Carlos com a composição da mesa. Em seguida foi explicitada a dinâmica dos trabalhos, onde cada um dos expositores teria 20 minutos para apresentar seu tema.

A segurança alimentar e nutricional (SAN) é definida pelo direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. A busca pelo por alimentos não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e com base nas práticas alimentares promotoras de saúde, deve respeitar a diversidade cultural das pessoas.

A SAN baseia-se em duas dimensões:

- 1) Alimentar: produção, disponibilidade, comercialização, acesso a alimentos;
- 2) Nutricional: práticas alimentares e utilização biológica do alimento. E transversaliza com educação, transporte, saúde, renda, meio ambiente, entre outras, não sendo portanto, possível garantir sem a intersetorialidade.

Situação de segurança alimentar e nutricional da população brasileira

A avaliação da segurança alimentar é classificada em: segurança alimentar; insegurança alimentar leve (situação de incerteza em relação ao acesso de alimentos, não e considerado fome); insegurança alimentar moderada (já existe inadequação na quantidade de alimentos); insegurança alimentar grave (fome)

Segundo dados da PNAD em 2009, uma em cada 4 famílias apresentam insegurança alimentar grave, com grande vulnerabilidade das crianças (menores de 4 anos).

A tendência do consumo alimentar no Brasil demonstra uma redução no consumo de alimentos básicos como arroz e feijão e elevado consumo de alimentos ultra processados, também é reduzido o consumo de frutas e legumes.

Estes fatores tem reflexo direto no estado nutricional da população brasileira que apresenta cerca de 51% de excesso de peso e 14% de obesidade em adultos, quando o custo atribuído ao tratamento da obesidade e suas comorbidades chegou a 500 milhões no ano de 2011.

A insegurança alimentar apresenta uma dupla expressão, de um lado o sobre peso e a obesidade e de outro as carências nutricionais. No Brasil, em 2009, 20,9% das crianças menores que cinco anos apresentavam anemia e 17,4% hipovitaminose A.

Um grande exemplo de enfrentamento dos determinantes sociais da saúde, no Brasil, foi a expressiva queda da desnutrição infantil, entre 1990 e 2006 sobretudo no Nordeste, que apresenta patamares semelhantes ao sudeste. Entretanto atualmente 250 cidades brasileiras ainda apresentam o problema da desnutrição infantil.

Crianças acompanhadas pelo Bolsa Família entre 2008 e 2012 apresentaram declínio no déficit de estatura para idade, sendo mais expressivo no norte, nordeste e sul do país.

Entretanto ainda há muitos desafios a serem enfrentados: insegurança alimentar, baixo consumo de alimentos saudáveis, elevado consumo de alimentos não saudáveis, alta prevalência de anemia e hipovitaminose A, excesso de peso e obesidade.

As políticas direcionadas para a SAN são a Política Nacional de Atenção básica, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Brasil Sem Miséria (PBSM).

O PBSM está estruturado em inclusão produtiva, garantia de renda, busca ativa e acesso a serviços.

A busca ativa do programa bolsa família e seus condicionantes tem contribuído para atualização do cartão de vacinas e acompanhamento do peso e altura das crianças, bem como o acompanhamento pré-natal das gestantes. O acompanhamento das famílias que recebem o PBF foi de 73%.

Outros programas se articulam para promover a saúde materna e o pleno desenvolvimento infantil: Rede Cegonha, Programa Vitamina A mais, Brasil Carinhoso, Saúde de Ferro, Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O grande desafio e ao mesmo tempo o possível caminho para a efetivação da promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil consiste em concretizar prática da intersetorialidade e considerar a diversidade cultural e hábito das pessoas, principalmente as minorias como indígenas, quilombolas, povos de terreiros.

A transferência de renda por si só não tem sustentabilidade, desta maneira o programa Brasil sem Miséria apresenta o eixo da inclusão produtiva como forma de proposta de sustentabilidade. Este eixo pauta-se:

1- Inclusão produtiva urbana através da geração de ocupação e renda: qualificação profissional; intermediação/oportunidades; economia solidária; microcrédito; microempreendedor individual - MEI

2- Inclusão produtiva rural através do aumento da produção: assistência técnica e acompanhamento das famílias; acesso aos mercados e autoconsumo.

A maioria da população (53,5%) com extrema pobreza no Brasil encontra-se no meio rural, apresenta alto índice de analfabetismo, não tem acesso a saneamento básico, com condições de vida muito precárias.

Os entraves do programa:

No meio urbanos, somente a formação profissional e a intermediação não garantem empregabilidade, ações de incentivo a pequenos negócios (formais ou informais) são insuficientes e o mercado, tanto de trabalho quanto para a aquisição de bens e serviços, é muito limitado nas áreas urbanas de pequeno porte (com até 10.000 habitantes). Proposições para enfrentar estes problemas: Melhor compatibilização entre a qualificação profissional e as reais ofertas de oportunidades de emprego, ampliar e fortalecer as ações de apoio a microempreendimentos: capacitação dos empreendedores, assessoramento técnico e estimular os Empreendimentos Econômicos Solidários e fomento a sua organização na forma de Redes de Cooperação.

Na área rural, cerca de 70% do público continua excluído das iniciativas geradoras de renda porque são empregados temporários, trabalhadores sem remuneração (nos estabelecimentos agropecuários) e trabalhadores em atividades não agrícolas, no campo. Possíveis soluções: apoio integral e sistemático a pequenos negócios; apoio diferenciado a implantação e fortalecimento de Arranjos Produtivos com base em potencialidades locais e adequação das ações de qualificação profissional as características socioculturais dos trabalhadores locais.

Do ponto de vista da inclusão produtiva, uma questão fundamental e que pouco avançou foi a reforma agrária.

Todas as políticas e programas implantados ao longo desses anos para promover a segurança alimentar e nutricional e a inclusão produtiva no Brasil já demonstram ganhos e avanços, mas muito ainda se precisa caminhar para a sua garantia no pleno sentido do seu conceito.